

SUMÁRIO

Índice de Perguntas.....	25
--------------------------	----

Parte 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

▶ *Capítulo I*

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	33
1. Definição	33
2. Direito Penal, Ciência do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal	35
3. Funcionalismo	36
4. Categorias do Direito Penal.....	37
5. “Privatização” do Direito Penal	44
6. As velocidades do Direito Penal.....	46

▶ *Capítulo II*

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	49
1. Introdução	49
2. Vingança Penal.....	49
2.1. Vingança divina.....	49
2.2. Vingança privada.....	49
2.3. Vingança pública.....	50
3. Direito Penal na Grécia Antiga.....	50
4. Direito Penal em Roma.....	51
5. Direito Penal Germânico.....	52
6. Direito Penal na Idade Média.....	53
7. A Idade Moderna, o período humanitário e o Iluminismo.....	54
8. Escolas Penais	55
8.1. A Escola Clássica	55
8.2. A Escola Positiva	57
8.3. A Escola Alemã.....	58
8.4. A Terza Scuola.....	58
9. A moderna doutrina penal	59
10. História do Direito Penal Brasileiro	62

2.4.2.	Princípio da individualização da pena	137
2.4.3.	Princípio da proporcionalidade	138
2.4.4.	Princípio da pessoalidade	138
2.4.5.	Princípio da vedação do “bis in idem”	138
▶	<i>Capítulo VI</i>	
	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO	143
1.	Introdução	143
2.	Tempo do crime	143
3.	Sucessão de leis no tempo	144
3.1.	Sucessão de lei incriminadora	145
3.2.	<i>Novatio legis in pejus</i>	145
3.3.	<i>Abolitio criminis</i>	148
3.4.	<i>Novatio legis in melius</i>	149
3.5.	Princípio da continuidade normativo-típica	155
4.	Lei temporária e lei excepcional	155
4.1.	Constitucionalidade das leis temporárias e excepcionais	156
5.	Lei penal no tempo: questões complementares	157
5.1.	Retroatividade da jurisprudência	157
5.2.	Retroatividade da lei penal no caso de norma penal em branco	163
5.3.	Lei intermediária	164
▶	<i>Capítulo VII</i>	
	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO	167
1.	Princípios aplicáveis e territorialidade	167
2.	Lugar do crime	171
3.	Extraterritorialidade	172
4.	Pena cumprida no estrangeiro	177
▶	<i>Capítulo VIII</i>	
	EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	181
1.	Introdução	181
2.	Imunidades diplomáticas	182
3.	Imunidades parlamentares	183
3.1.	Imunidade parlamentar absoluta (<i>freedom of speech</i>)	183
3.2.	Imunidade parlamentar relativa	187
3.2.1.	Relativa ao foro	187
3.2.2.	Relativa à prisão	193
3.2.3.	Relativa ao processo	197
3.2.4.	Relativa à condição de testemunha	198

3.3. Imunidades parlamentares e o estado de sítio	199
3.4. Imunidades do parlamentar licenciado	199
3.5. Imunidades dos deputados estaduais.....	199
3.6. Imunidades dos vereadores	203
3.7. Foro por prerrogativa de governadores.....	206
3.8. Foro por prerrogativa de membros do Ministério Público e da Magistratura	209
3.9. Foro por prerrogativa de função x Tribunal do Júri	215

► Capítulo IX

DISPOSIÇÕES FINAIS	217
1. Eficácia da sentença estrangeira.....	217
2. Contagem do prazo.....	223
3. Frações não computáveis da pena	223
4. Conflito aparente de normas.....	224
4.1. Especialidade (<i>lex specialis derogat legi generali</i>)	225
4.2. Subsidiariedade (<i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>)	226
4.3. Consunção (<i>lex consumens derogat legi consumptae</i>)	227

Parte 2

TEORIA GERAL DO CRIME

► Capítulo I

INTRODUÇÃO À TEORIA GERAL DO CRIME	231
1. Introdução	231
2. Infração penal, crime, delito e contravenção penal.....	232
3. Diferenças entre crime e contravenção penal	234
3.1. Quanto à pena imposta	234
3.2. Quanto à espécie de ação penal.....	236
3.3. Quanto à admissibilidade da tentativa	236
3.4. Quanto à extraterritorialidade da lei penal brasileira	236
3.5. Quanto à competência para processar e julgar	237
3.6. Quanto ao limite das penas.....	237
3.7. Quanto ao período de prova do <i>sursis</i>	237
3.8. Quanto ao cabimento de prisão preventiva e temporária.....	237
3.9. Quanto à possibilidade de confisco	238
3.10. Quanto à ignorância ou à errada compreensão da lei.....	238
4. Sujeitos do crime	239
4.1. Sujeito ativo.....	239
4.2. Vítima e Sujeito passivo	247
4.2.1. Vítima	248

4.2.1.1.	Classificações de vítimas.....	255
4.2.1.2.	Vitimização	257
4.2.1.3.	Vitimização primária, vitimização secundária e vitimização terciária	258
4.2.2.	Sujeito passivo	260
5.	Objetos (material e jurídico) do crime material	266
6.	Classificação doutrinária de crimes	268
6.1.	Crime material, formal e de mera conduta	268
6.2.	Crime comum, próprio e de mão própria	269
6.3.	Crime doloso, culposo e preterdoloso	270
6.4.	Crime instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes.....	270
6.5.	Crime consumado e tentado	271
6.6.	Crime de dano e de perigo	271
6.7.	Crime simples, complexo, qualificado e privilegiado.....	271
6.8.	Crime plurissubjetivo e unissubjetivo	273
6.9.	Crime comissivo e omissivo	273
6.10.	Crime unissubsistente e plurissubsistente.....	274
6.11.	Crime habitual.....	275
6.12.	Outras classificações	275
7.	Substratos do crime	291

► Capítulo II

FATO TÍPICO.....	293
1. Introdução	293
2. Conduta	293
2.1. Teoria Causalista	294
2.2. Teoria Neokantista	297
2.3. Teoria Finalista.....	301
2.4. Teoria social da ação	304
2.5. Teorias funcionalistas.....	305
2.5.1. Funcionalismo Teleológico, Dualista, Moderado ou da Política Criminal	307
2.5.2. Funcionalismo Radical, Sistêmico ou Monista	308
2.6. Teoria da ação significativa	311
2.7. Características e elementos da conduta.....	312
2.8. Causas de exclusão da conduta	312
2.8.1. Caso Fortuito ou de Força Maior	313
2.8.2. Involuntariedade.....	313
2.8.3. Coação física irresistível (<i>vis absoluta</i>)	314
2.9. Formas de conduta.....	314

2.9.1.	Quanto à voluntariedade do agente	315
2.9.1.1.	Do crime doloso.....	315
2.9.1.1.1.	Espécies de dolo	316
2.9.1.1.2.	Fases da conduta dolosa.....	320
2.9.1.2.	Do crime culposos	321
2.9.1.2.1.	Espécies de culpa.....	326
2.9.1.2.2.	Exclusão da culpa	330
2.9.1.3.	Do crime preterdoloso	331
2.9.2.	Erro de tipo.....	333
2.9.2.1.	Erro de tipo x Erro de proibição	333
2.9.2.2.	Erro de tipo: espécies.....	333
2.9.2.3.	Erro de tipo: questões complementares.....	342
2.9.3.	Quanto ao modo de execução.....	344
2.9.3.1.	Crime comissivo.....	344
2.9.3.2.	Crime omissivo.....	345
2.9.3.2.1.	Crime omissivo impróprio: (in) constitucionalidade.....	351
2.9.3.3.	Crime de conduta mista.....	351
3.	Resultado	352
4.	Nexo causal	356
4.1.	Conceito	356
4.2.	Concausas	358
4.3.	A teoria da imputação objetiva.....	363
4.3.1.	Criação ou incremento de um risco proibido.....	365
4.3.2.	Realização do risco no resultado.....	366
4.3.3.	Resultado se encontra dentro do alcance do tipo.....	367
4.4.	Causalidade nos crimes omissivos.....	368
5.	Tipicidade penal	369
5.1.	Evolução da tipicidade penal.....	369
5.2.	Tipicidade conglobante.....	371
5.3.	Espécies de tipicidade formal	372
5.4.	Tipo penal: elementos.....	373
5.5.	Tipo penal: modalidades	374
► <i>Capítulo III</i>		
ILICITUDE.....		377
1.	Conceito	377
2.	Relação entre tipicidade e ilicitude	379
3.	Causas excludentes da ilicitude (discriminantes ou justificantes)	381
3.1.	Estado de necessidade.....	384

3.1.1.	Requisitos do estado de necessidade	385
3.1.2.	Estado de necessidade e erro na execução	390
3.2.	Legítima defesa	391
3.2.1.	Requisitos da legítima defesa	391
3.2.2.	Legítima defesa e erro na execução	397
3.2.3.	Legítima defesa da honra nos crimes contra a vida	399
3.3.	Estrito cumprimento de um dever legal	402
3.4.	Exercício regular de um direito	403
3.4.1.	A problemática dos “ofendículos”	405
3.5.	Consentimento do ofendido	406
3.6.	<i>Ticking Bomb Scenario Theory</i> : o emprego da tortura na iminência de um ato terrorista	409
4.	Excesso nas justificantes	412
5.	Descriminante putativa	414
▶	<i>Capítulo IV</i>	
CULPABILIDADE		417
1.	Conceito	417
2.	Teorias da culpabilidade	419
2.1.	Teoria psicológica da culpabilidade	419
2.2.	Teoria psicológica normativa	420
2.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade (extremada e limitada)	420
2.4.	Teoria da coculpabilidade	421
3.	A culpabilidade do autor x culpabilidade do fato	422
4.	Culpabilidade formal e material	423
5.	Elementos da culpabilidade	423
5.1.	Imputabilidade	423
5.1.1.	Causas de imputabilidade	425
5.1.2.	A imputabilidade do índio (indígena) não integrado	433
5.1.3.	A emoção e a paixão	434
5.1.4.	A constatação da imputabilidade	434
5.1.5.	Justiça penal consensual na imputabilidade por doença mental	435
5.2.	Potencial consciência da ilicitude	438
5.2.1.	Erro de proibição	440
5.2.1.1.	Espécies de erro de proibição	442
5.2.1.2.	Erro de proibição e erro de tipo	443
5.3.	Exigibilidade de conduta	443
5.3.1.	Coação irresistível	444
5.3.1.1.	Requisitos da coação irresistível	444
5.3.2.	Obediência hierárquica	446

5.3.2.1. Requisitos da obediência hierárquica.....	446
5.3.3. Dirimentes supralegais	448
5.4. Síntese das causas legais de exclusão da culpabilidade.....	451

► *Capítulo V*

PUNIBILIDADE	453
1. Conceito	453
2. Causas de extinção da punibilidade	454
2.1. Morte do agente.....	456
2.2. Anistia, graça e indulto.....	458
2.2.1. Anistia, graça e indulto e os crimes hediondos e equiparados.....	462
2.3. “ <i>Abolitio criminis</i> ”	466
2.4. Decadência.....	466
2.5. Perempção.....	468
2.6. Prescrição	468
2.6.1. Conceito	468
2.6.2. Hipóteses de imprescritibilidade	469
2.6.3. Prescrição: fundamentos.....	470
2.6.4. Prescrição: espécies.....	470
2.6.4.1. Prescrição da pretensão punitiva	471
2.6.4.1.1. Prescrição da pretensão punitiva propriamente dita ou prescrição em abstrato (PPPA).....	471
2.6.4.1.2. Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente (PPPS ou PPPI)	488
2.6.4.1.3. Prescrição da pretensão punitiva retroativa (PPPR).....	489
2.6.4.1.4. Prescrição da pretensão punitiva em perspectiva, virtual, antecipada ou por prognose (PPPV).	491
2.6.4.1.5. PPPA, PPPS e PPPR: resumo.....	492
2.6.4.2. Prescrição da pretensão executória (PPE)	492
2.6.4.2.1. PPE: consequências.....	492
2.6.4.2.2. PPE: termo inicial	493
2.6.4.2.3. PPE: exemplo.....	497
2.6.5. Prescrição e atos infracionais.....	498
2.6.6. A prescrição da pena de multa	499
2.6.7. A redução dos prazos prescricionais (art. 115 do CP)	502
2.7. Renúncia ao direito de agir.....	504
2.8. Perdão (aceito) do ofendido.....	505
2.9. Retratação do agressor	506
2.10. Perdão judicial.....	507

► *Capítulo VI*

"ITER CRIMINIS"	511
1. Introdução	511
2. Fases do crime	511
2.1. Cogitação	511
2.2. Atos preparatórios	512
2.3. Atos executórios	512
2.4. Consumação	515
3. Crime consumado.....	515
4. Da tentativa.....	516
4.1. Infrações penais que não admitem tentativa	520
5. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	523
5.1. Desistência voluntária	524
5.2. Arrependimento eficaz	526
6. Arrependimento posterior.....	527
6.1. Situações especiais de reparação do dano ou restituição da coisa	530
7. Crime impossível	533

► *Capítulo VII*

CONCURSO DE PESSOAS NA PRÁTICA DE CRIMES	539
1. Introdução	539
2. Conceito	539
3. Requisitos.....	540
4. Formas de praticar o crime quanto ao sujeito	542
4.1. Autoria (<i>Animus auctoris</i>).....	542
4.2. Autoria mediata	545
4.3. Autoria colateral	550
4.4. Multidão delinquente.....	551
4.5. Coautoria.....	552
4.6. Participação (<i>Animus socii</i>)	553
4.6.1. Participação em cadeia e participação sucessiva.....	555
4.6.2. Participação negativa.....	556
5. Concurso de pessoas em crimes culposos.....	556
6. Concurso de pessoas em crimes omissivos.....	556
7. Punibilidade no concurso de pessoas	558
8. Participação de menor importância.....	558
9. Participação dolosamente distinta	560
10. Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	561
11. Participação impunível.....	562

*Parte 3***TEORIA GERAL DA PENA**▶ *Capítulo I*

CONCEITO E FUNDAMENTOS DA PENA.....	567
1. Introdução	567
2. Finalidades (ou funções) da pena	568
2.1. Finalidade da pena no Brasil	569
3. Justiça restaurativa, justiça reparatoria e justiça negociada	570
4. Princípios informadores da pena	581
5. Penas proibidas no Brasil.....	592
6. Penas permitidas no Brasil.....	595

▶ *Capítulo II*

APLICAÇÃO DA PENA	599
1. Introdução	600
2. Fixação da pena privativa de liberdade	600
3. Primeira fase de aplicação da pena	601
3.1. Culpabilidade do agente	605
3.2. Antecedentes do agente	607
3.3. Conduta social do agente	611
3.4. Personalidade do agente	611
3.5. Motivos do crime.....	614
3.6. Circunstâncias do crime.....	614
3.7. Consequências do crime	614
3.8. Comportamento da vítima.....	616
4. Segunda fase de aplicação da pena.....	617
4.1. Das agravantes	618
4.1.1. Reincidência (art. 61, I).....	621
4.1.2. Motivo fútil ou torpe (art. 61, II, “a”).....	626
4.1.3. Crime cometido para facilitar ou assegurar a execução ou ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime (art. 61, II, “b”)	627
4.1.4. Crime cometido com traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido (art. 61, II, “c”).....	627
4.1.5. Crime praticado com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (art. 61, II, “d”).....	628
4.1.6. Crime praticado contra descendente, ascendente, irmão ou cônjuge (art. 61, II, “e”)	628

4.1.7.	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica (art. 61, II, "f").....	629
4.1.8.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão (art. 61, II, "g").....	631
4.1.9.	Crime praticado contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, II, "h").....	631
4.1.10.	Crime praticado quando o ofendido estava sob imediata proteção da autoridade (art. 61, II, "i").....	632
4.1.11.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública ou desgraça particular do ofendido (art. 61, II, "j").....	633
4.1.12.	Crime praticado em estado de embriaguez preordenada (art. 61, II, "l").....	634
4.1.13.	Agravantes nos crimes praticados por duas ou mais pessoas (art. 62).	634
4.2.	Das atenuantes	635
4.2.1.	Menoridade (art. 65, I, 1ª parte).....	639
4.2.2.	Senilidade (art. 65, I, 2ª parte).....	639
4.2.3.	O desconhecimento da lei (art. 65, II).....	640
4.2.4.	Motivo de relevante valor moral ou social (art. 65, III, "a").....	640
4.2.5.	Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano (art. 65, III, "b").....	641
4.2.6.	Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima (art. 65, III, "c").....	642
4.2.7.	Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime (art. 65, III, "d").....	642
4.2.8.	Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou (art. 65, III, "e").....	647
4.2.9.	Circunstâncias atenuantes inominadas (art. 66).....	648
5.	Terceira fase de aplicação da pena	649
5.1.	Concurso (homogêneo) de causas de aumento.....	651
5.2.	Concurso (homogêneo) de causas de diminuição	653
5.3.	Concurso (heterogêneo) de causas de aumento e de diminuição	654
6.	Regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade	655
6.1.	Regime fechado.....	656
6.2.	Regime semiaberto	663
6.3.	Regime aberto.....	665
6.4.	Pena de reclusão.....	668
6.5.	Pena de detenção	670
6.6.	Pena de prisão simples.....	671

6.7.	Regime de cumprimento de pena do índio	671
6.8.	Regime especial para o cumprimento de pena pela mulher	672
6.8.1.	Mulheres privadas de liberdade nos países da América.....	672
6.9.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena e detração.....	673
6.10.	Sistema progressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade	675
6.11.	Limite das penas.....	699
7.	Penas e medidas alternativas à prisão	702
7.1.	As penas restritivas de direitos.....	702
7.1.1.	Introdução	702
7.1.2.	Restritivas de direitos: espécies	703
7.1.3.	Restritivas de direitos: características.....	708
7.1.4.	Restritivas de direitos: requisitos.....	709
7.1.5.	Penas restritivas de direitos x crimes hediondos (ou equiparados)	712
7.1.6.	Penas restritivas de direitos x delitos de ameaça, lesão corporal leve e constrangimento ilegal.....	713
7.1.7.	Penas restritivas de direitos x crime de roubo.....	714
7.1.8.	Penas restritivas de direitos x crimes militares.....	714
7.1.9.	Penas restritivas de direitos na Lei de Abuso de Autoridade.....	716
7.1.10.	Restritivas de direitos: regras da substituição	718
7.1.11.	Restritivas de direitos: conversão.....	718
7.1.12.	Restritivas de direitos: momento de execução	721
7.2.	A pena de multa	722
7.2.1.	Introdução	722
7.2.2.	Aplicação da pena de multa	723
7.2.3.	Pagamento (voluntário) da multa.....	726
7.2.4.	Não pagamento da pena de multa	728
7.2.5.	Cumulação de penas de multa	733
7.2.6.	A multa e a Lei Maria da Penha.....	734
7.2.7.	A multa no tráfico de drogas	736
7.2.8.	Pena de multa e prestação pecuniária: distinções.....	736
7.3.	A suspensão condicional da pena (“ <i>sursis</i> ”).....	736
7.3.1.	Conceito e natureza jurídica	736
7.3.2.	Sistemas	737
7.3.3.	Espécies, requisitos e condições.....	739
7.3.4.	Revogação	744
7.3.5.	Cassação.....	746
7.3.6.	Prorrogação.....	746
7.3.7.	Extinção	747
7.4.	Livramento condicional.....	748
7.4.1.	Conceito e natureza jurídica	748

7.4.2.	Requisitos	749
7.4.2.1.	Objetivos	749
7.4.2.2.	Subjetivos.....	755
7.4.3.	Condições	758
7.4.3.1.	Obrigatórias.....	758
7.4.3.2.	Facultativas.....	759
7.4.4.	Concessão e execução	759
7.4.5.	Revogação	760
7.4.5.1.	Obrigatória	761
7.4.5.2.	Facultativa.....	762
7.4.6.	Prorrogação.....	762
7.4.7.	Extinção	764
▶	<i>Capítulo III</i>	
	CONCURSO DE CRIMES	765
1.	Conceito	765
2.	Sistemas de aplicação da pena para o concurso de crimes.....	766
3.	Concurso material.....	767
3.1.	Condenação a penas de reclusão e detenção	768
3.2.	Condenação a pena privativa de liberdade e restritiva de direitos	768
3.3.	Concurso material e penas restritivas de direitos.....	769
4.	Concurso formal	769
5.	Continuidade delitiva	773
5.1.	Crime continuado genérico ou comum.....	774
5.2.	Crime continuado específico	778
6.	Questões complementares.....	784
6.1.	Concurso de crimes e prescrição	784
6.2.	Concurso de crimes e suspensão condicional do processo	784
6.3.	Concurso de crimes e pena de multa	785
6.4.	Concurso de crimes e Juizados Especiais Criminais	785
6.5.	Concurso de crimes, prisão preventiva e fiança.....	786
6.6.	Concurso de crimes na execução penal.....	786
▶	<i>Capítulo IV</i>	
	DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	787
1.	Conceito, fundamentos e finalidade das medidas de segurança.....	787
2.	Princípios informadores das medidas de segurança.....	788
3.	Espécies de medida de segurança.....	789
4.	Pressupostos da medida de segurança.....	792
5.	Aplicação das medidas de segurança.....	793

5.1. Duração da medida de segurança	793
5.2. Perícia médica	794
6. Desinternação ou liberação condicional	795
7. Reinternação do agente	795
8. Conversão da pena em medida de segurança	796
9. Internação cível.....	797
10. Extinção da punibilidade e medida de segurança.....	798
11. Medida de segurança provisória	800

► Capítulo V

EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	803
1. Introdução	803
2. Efeitos extrapenais genéricos.....	804
2.1. Tornar certa a obrigação de indenizar.....	804
2.2. Confisco dos instrumentos e produtos do crime	807
2.2.1. Confisco em decorrência do tráfico de drogas	811
2.2.2. Confisco em decorrência da lavagem de capitais.....	812
2.3. Confisco alargado	813
3. Efeitos extrapenais específicos.....	817
3.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo	818
3.1.1. Efeitos administrativos da condenação.....	818
3.1.2. Efeitos políticos da condenação.....	820
3.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela	826
3.3. A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso	829
4. Efeito da condenação na legislação extravagante.....	830
4.1. Lei de Tortura	830
4.2. Lei de Organização Criminosa	831
4.3. Lei nº 7.716/89 – Preconceito Racial.....	831
4.4. Lei de Lavagem de Capitais	831
4.5. Lei de Falência	832
4.6. Lei nº 10.695 – alteração ao Código de Processo Penal	832
4.7. Lei de Abuso de Autoridade.....	832

► Capítulo VI

REABILITAÇÃO.....	837
1. Conceito e Cabimento.....	837
1.1. Assegurar sigilo das condenações	837
1.2. Suspensão condicional dos efeitos extrapenais específicos da condenação (art. 92 do CP)	838

2. Requisitos.....	839
3. Revogação	841
4. Competência e recurso	841
5. Reabilitação e pluralidade de condenações.....	841
▶ <i>Capítulo VII</i>	
AÇÃO PENAL	843
1. Introdução	843
2. Características do direito de ação	843
3. Condições da ação.....	844
4. Classificação da ação penal	845
4.1. Ação penal pública incondicionada	846
4.2. Ação penal pública condicionada.....	847
4.2.1. Da representação do ofendido	848
4.2.2. Da requisição do Ministro da Justiça	851
4.3. Ação penal de iniciativa privada.....	852
4.3.1. Ação penal exclusivamente privada	852
4.3.2. Ação penal privada personalíssima.....	856
4.3.3. Ação penal privada subsidiária da pública	857
4.3.4. Institutos que ensejam a extinção da punibilidade nos crimes perseguidos mediante ação penal privada	858
4.4. Ação penal nos crimes complexos (art. 101 do CP)	860
4.5. Ação penal nos crimes contra a honra	861
4.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	862
BIBLIOGRAFIA	869

ÍNDICE DE PERGUNTAS

Parte 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

<input checked="" type="checkbox"/>	Qual o alcance da expressão “questões específicas” no âmbito da competência penal delegada aos Estados?	63
<input checked="" type="checkbox"/>	Costumes criam infrações penais?	70
<input checked="" type="checkbox"/>	Costumes revogam infrações penais?.....	70
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual, então, a finalidade do costume no ordenamento jurídico-penal?.....	71
<input checked="" type="checkbox"/>	A pena estabelecida em colaboração premiada pode ser imediatamente executada após a homologação do acordo, ou deve aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória?	136
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual lei deve ser aplicada se, no decorrer da prática de um crime permanente ou crime continuado, sobrevém lei mais grave?.....	146
<input checked="" type="checkbox"/>	E no caso de crime habitual, como trabalhar a sucessão de leis penais no tempo?	147
<input checked="" type="checkbox"/>	Como ficam os efeitos da condenação na hipótese de “abolitio criminis”?	149
<input checked="" type="checkbox"/>	Depois do trânsito em julgado, qual o juiz competente para aplicar a lei penal mais benéfica?	150
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível a aplicação da lei penal mais benéfica durante o seu período de “vacatio legis”?.....	151
<input checked="" type="checkbox"/>	Como proceder em caso de dúvida sobre qual a lei penal mais benéfica?.....	152
<input checked="" type="checkbox"/>	Para beneficiar o réu, admite-se combinação de leis penais?	152
<input checked="" type="checkbox"/>	A título de exemplo, imagine-se que a lei A disponha sobre determinado crime prevendo a pena de 2 a 4 anos e multa, enquanto a lei B, passando a disciplinar o mesmo crime, preveja pena de 4 a 8 anos, sem a previsão de multa. É possível conjugar a lei A com a lei B para punir o réu com pena de 2 a 4 anos e sem multa (combinando as partes favoráveis de ambas as leis)?	152
<input checked="" type="checkbox"/>	Embaixada é extensão do território que representa?	170
<input checked="" type="checkbox"/>	Aplica-se a lei brasileira ao crime cometido a bordo de embarcação privada estrangeira de passagem pelo mar territorial brasileiro?	170
<input checked="" type="checkbox"/>	CAIO, autor de homicídio executado no estrangeiro, foge e retorna ao território brasileiro antes do fim das investigações. A lei brasileira alcança este fato?	175
<input checked="" type="checkbox"/>	CAIO será processado e julgado no Brasil pela Justiça Federal ou Estadual?	175
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a comarca competente para o processo e julgamento de CAIO?	177
<input checked="" type="checkbox"/>	O diplomata não deve obediência à nossa Lei?	182
<input checked="" type="checkbox"/>	Quais os limites da imunidade parlamentar material?	184

<input checked="" type="checkbox"/>	Nos casos em que o deputado federal se elege senador, ou vice-versa, mantém-se o foro por prerrogativa de função no STF sobre crimes cometidos no mandato anterior?	190
<input checked="" type="checkbox"/>	Cabe prisão civil contra o Congressista devedor de alimentos?	196

Parte 2

TEORIA GERAL DO CRIME

<input checked="" type="checkbox"/>	Quais as consequências ao se adotar (ou optar) pela etiqueta de crime ou contravenção penal para determinado comportamento humano indesejado pelo meio social?	234
<input checked="" type="checkbox"/>	Pessoa jurídica pode figurar como sujeito ativo de crime?	239
<input checked="" type="checkbox"/>	E se, constatada a prática de um crime, a pessoa jurídica for dissolvida durante a apuração ou o processo criminal?	243
<input checked="" type="checkbox"/>	Pessoa jurídica de direito público pode ser responsabilizada penalmente por delito ambiental?	244
<input checked="" type="checkbox"/>	Os animais podem ser vítimas de crime?	261
<input checked="" type="checkbox"/>	Pode o homem ser, ao mesmo tempo, sujeito ativo e passivo do crime?	265
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível crime sem objeto material?	266
<input checked="" type="checkbox"/>	O que se entende por crime ultracomplexo?	272
<input checked="" type="checkbox"/>	A conduta, como acabamos de apresentar, é um dos elementos do fato típico, e, uma vez ausente, não se pode falar em crime (<i>nullum crimen sine conducta</i>). Mas o que vem a ser, efetivamente, conduta?	293
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual teoria (da conduta) foi seguida pelo nosso Código Penal?	311
<input checked="" type="checkbox"/>	Quais as diferenças entre a culpa consciente e o dolo eventual?	327
<input checked="" type="checkbox"/>	E o racha (competição de veículos automotores em via pública sem autorização legal)? Dolo eventual ou culpa consciente?	327
<input checked="" type="checkbox"/>	Como tratar o atropelamento praticado por motorista embriagado?	328
<input checked="" type="checkbox"/>	Existe compensação de culpas no Direito Penal?	330
<input checked="" type="checkbox"/>	E a concorrência de culpas?	330
<input checked="" type="checkbox"/>	O reincidente em crime preterdoloso deve ser tratado como reincidente em crime doloso ou culposo?	332
<input checked="" type="checkbox"/>	Como aferir a (in)evitabilidade do erro?	334
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual resultado (naturalístico ou normativo) integra o crime?	355
<input checked="" type="checkbox"/>	Na relação tipicidade x ilicitude, qual teoria norteia nosso ordenamento jurídico?	380
<input checked="" type="checkbox"/>	A decisão de arquivamento do inquérito policial com fundamento na exclusão da ilicitude faz coisa julgada material?	382
<input checked="" type="checkbox"/>	O estado de necessidade é faculdade ou direito?	384
<input checked="" type="checkbox"/>	Quais personagens possuem esse dever?	386
<input checked="" type="checkbox"/>	Cabe estado de necessidade em crime habitual e permanente?	389

<input checked="" type="checkbox"/>	O furto famélico é crime?.....	390
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível estado de necessidade contra estado de necessidade?	390
<input checked="" type="checkbox"/>	O estado de necessidade é comunicável?	390
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível legítima defesa no crime de rixa?	394
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível legítima defesa recíproca?	397
<input checked="" type="checkbox"/>	Admite-se legítima defesa contra quem age em estado de necessidade?	398
<input checked="" type="checkbox"/>	O particular pode invocar a discriminante do estrito cumprimento do dever legal?	403
<input checked="" type="checkbox"/>	A integridade física é bem jurídico disponível?	408
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível o consentimento do ofendido nos crimes culposos?	409
<input checked="" type="checkbox"/>	As discriminantes putativas retratam qual espécie de erro?	414
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual dos critérios norteou o nosso sistema?.....	425
<input checked="" type="checkbox"/>	O sonâmbulo é considerado portador de doença mental?	425
<input checked="" type="checkbox"/>	E o surdo-mudo?	426
<input checked="" type="checkbox"/>	E o erro sobre elementos normativos do tipo?.....	443
<input checked="" type="checkbox"/>	Então é possível crime sem punibilidade (sem efeito)?.....	453
<input checked="" type="checkbox"/>	Se o condenado cumpre pena por mais de um crime, e um deles é impeditivo do indulto, este deve ser considerado apenas no caso de concurso de crimes ou também em razão da unificação das penas?	461
<input checked="" type="checkbox"/>	Aos crimes hediondos e equiparados, admite-se o indulto humanitário, ou seja, aquele concedido por razões de grave deficiência física ou em virtude de debilitado estado de saúde do requerente?.....	463
<input checked="" type="checkbox"/>	Admite-se o indulto no tráfico de drogas privilegiado?.....	464
<input checked="" type="checkbox"/>	É cabível o instituto do indulto para adolescentes infratores?	465
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual o interesse do Estado continuar agindo se, ao final, já antevê a extinção do seu direito de punir?	491
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a diferença entre o início da execução (punível) e a fase anterior (atos preparatórios, em regra impuníveis)?	513
<input checked="" type="checkbox"/>	Em que momento se iniciou a execução do crime de furto praticado por JOÃO? Foi no momento em que ficou na esquina esperando a vítima sair do imóvel? Será que foi no momento em que começou a escalar o muro da casa? Ou foi no instante em que iniciou a subtração, núcleo do tipo?	513
<input checked="" type="checkbox"/>	O que vem a ser crime exaurido?.....	516
<input checked="" type="checkbox"/>	Como se dá a punição do crime tentado?	517
<input checked="" type="checkbox"/>	O que se entende por tentativa supersticiosa ou irreal?	519
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível tentativa na culpa imprópria?	520
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível tentativa no dolo eventual?	522
<input checked="" type="checkbox"/>	E a tentativa nos crimes de ímpeto?	522

<input checked="" type="checkbox"/>	A violência imprópria (que, sem o emprego efetivo de força física ou grave ameaça, também atinge a capacidade de resistência da vítima) impede a causa de redução de pena prevista no art. 16 do CP?	529
<input checked="" type="checkbox"/>	A reparação do dano, requisito do arrependimento posterior, se comunica ao corréu?	531
<input checked="" type="checkbox"/>	A recusa da vítima, não aceitando o valor de reparação ofertado pelo autor, impede o arrependimento posterior?.....	533
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a diferença entre crime impossível e delito putativo?	535
<input checked="" type="checkbox"/>	Todos os concorrentes do evento ilícito responderão pela mesma infração penal?	541
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a teoria adotada pelo nosso Código Penal na definição de autor do crime?.....	544
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível autoria mediata nos crimes culposos?	546
<input checked="" type="checkbox"/>	E nos crimes próprios e de mão própria?.....	547
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível coautoria em crime próprio?	552
<input checked="" type="checkbox"/>	E nos crimes de mão própria?	552
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível coautoria em crime omissivo próprio?.....	557
<input checked="" type="checkbox"/>	Cabe participação em crime omissivo impróprio?	558

Parte 3

TEORIA GERAL DA PENA

<input checked="" type="checkbox"/>	Então o que configura maus antecedentes?	609
<input checked="" type="checkbox"/>	Existe limitação temporal para a condenação anterior ser considerada para efeitos de maus antecedentes (a exemplo do que já acontece com a agravante da reincidência)?	609
<input checked="" type="checkbox"/>	E se ficar constatado o concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes?.....	618
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a ordem de preponderância no concurso de agravantes e atenuantes?	618
<input checked="" type="checkbox"/>	As agravantes sempre agravam a pena?	619
<input checked="" type="checkbox"/>	As agravantes incidem em todos os crimes?	620
<input checked="" type="checkbox"/>	Agravante não articulada na denúncia pode ser reconhecida?	620
<input checked="" type="checkbox"/>	Condenação passada pode servir como maus antecedentes e, ao mesmo tempo, agravante da reincidência?	625
<input checked="" type="checkbox"/>	O instituto da reincidência, por si só, não caracteriza “bis in idem”?	626
<input checked="" type="checkbox"/>	A vingança é motivo torpe?	627
<input checked="" type="checkbox"/>	As atenuantes sempre atenuam a pena?	635
<input checked="" type="checkbox"/>	As atenuantes incidem em todos os crimes?	638
<input checked="" type="checkbox"/>	Cabe a atenuante quando a confissão é qualificada (ou somente quando simples)?	642
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível a compensação entre a circunstância agravante da reincidência e a circunstância atenuante da confissão espontânea do réu?	645
<input checked="" type="checkbox"/>	A substituição da prisão por penas alternativas é direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz sentenciante?	702

<input checked="" type="checkbox"/>	E na hipótese do inc. V (proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos)?	707
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual o prazo da pena restritiva?.....	708
<input checked="" type="checkbox"/>	O autor de crime preterdoloso, para valer-se dos benefícios da substituição da prisão por penas alternativas, deve preencher os requisitos do crime doloso ou culposos?	711
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual dos dois diplomas deve prevalecer?	725
<input checked="" type="checkbox"/>	De quem é a competência para a execução forçada da pena?.....	727
<input checked="" type="checkbox"/>	Nesses casos, é possível o juiz sentenciante, atendendo aos requisitos legais, substituir a pena privativa de liberdade por multa, cumulando, ao final, duas penas pecuniárias?.....	732
<input checked="" type="checkbox"/>	Presentes os requisitos legais, pode o magistrado substituir a pena de prisão por outra multa, cumulando, portanto, a multa substitutiva da prisão com a multa principal?	733
<input checked="" type="checkbox"/>	O “sursis” é direito subjetivo do condenado ou faculdade do juiz sentenciante?.....	736
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual a natureza da prestação de serviços de que trata o art. 78 do CP? Deve ser encarada exclusivamente como condição do sursis ou carrega a característica da pena autônoma e substitutiva da privação de liberdade?	739
<input checked="" type="checkbox"/>	Existe algum tipo de “sursis” incondicionado?	741
<input checked="" type="checkbox"/>	É possível “sursis” sucessivos e simultâneos?	746
<input checked="" type="checkbox"/>	Cabe a medida alternativa do “sursis” para estrangeiro?.....	746
<input checked="" type="checkbox"/>	A falta grave interrompe o prazo para o livramento?.....	754
<input checked="" type="checkbox"/>	No crime continuado é indispensável a homogeneidade subjetiva?	777
<input checked="" type="checkbox"/>	Qual lei deve ser aplicada se, no decorrer da prática de um crime continuado, sobrevém lei mais grave?.....	781
<input checked="" type="checkbox"/>	Aplica-se continuidade delitiva em crimes contra a vida?	781
<input checked="" type="checkbox"/>	Admite-se, no mesmo contexto fático, crime continuado e concurso formal?	782
<input checked="" type="checkbox"/>	A continuidade delitiva é compatível com o crime permanente?	783
<input checked="" type="checkbox"/>	E no caso de agente capaz na data da conduta, mas que desenvolve anomalia psíquica no curso da execução da pena (superveniência de doença mental)?.....	796
<input checked="" type="checkbox"/>	O que fazer quando escoado o limite de internação e a periculosidade do agente persistir?.....	797
<input checked="" type="checkbox"/>	E se o produto ou proveito do crime não for encontrado ou estiver localizado no exterior?	809
<input checked="" type="checkbox"/>	O que ocorre com bens sequestrados, apreendidos ou sujeitos a qualquer medida assecuratória cujo uso, devido ao interesse público, foi autorizado pelo juiz?..	809
<input checked="" type="checkbox"/>	Ora, se a LEP já assegura o sigilo, bastando o cumprimento ou extinção da pena, qual é a utilidade da reabilitação nesse ponto?	838
<input checked="" type="checkbox"/>	A reabilitação impede a reincidência de crime futuro?	839

<input checked="" type="checkbox"/> Como saber qual ação penal a ser utilizada para perseguir a pena de determinado crime?	846
<input checked="" type="checkbox"/> E no caso de vítima com 17 anos casada, quem representa?.....	850
<input checked="" type="checkbox"/> Diante da mudança na regra da ação penal dos crimes sexuais, os fatos anteriores que dependiam de representação continuam vinculados à condição de procedibilidade ou o Ministério Público pode oferecer denúncia independentemente de iniciativa da vítima?	867